



MANUAL DO ALUNO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM CIÊNCIAS CRIMINAIS E
DIREITO ANTICORRUPÇÃO
(ESPECIALIZAÇÃO)

São Luís-MA
2021

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS**

Líze de Maria Brandão de Sá Costa

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Regina Maria da Costa Leite

CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Themis Maria Pacheco de Carvalho

OUVIDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Maria Luíza Ribeiro Martins

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

**DIRETOR-GERAL DA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Júlio César Guimarães

**DIRETOR DA SECRETARIA DE
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

José Márcio Maia Alves

**DIRETOR DA SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

**ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO MARANHÃO**

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

**PROMOTORAS DE JUSTIÇA AUXILIARES DA ESCOLA
SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ana Luíza Almeida Ferro

(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação)

Elyjeane Alves Carvalho

CONSELHO PEDAGÓGICO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

José Antonio Oliveira Bents

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann

**SERVIDORES DA ESCOLA SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Cláudio Amorim Carvalho

Conceição de Maria Lisboa de Andrade

Edna Regina Cantanhede Rêgo

Eklenn Marcelo Abreu Smith

Eloy Sá

João Francisco Amaral Neto

Letícia Prazeres Falcão

Luís Fernando Oliveira Sousa

Luís Alberto Helny Rodrigues

Maíra Lopes de Castro

Maria Alaíde Natali

Mônica Luíza Tavares Bezerra

Sâmia Maria Verri Carneiro Carvalho

Solange Cristina Santos Lopes

Transformar mentes, transformar procedimentos, transformar realidades, sempre em busca da concretização de um Ministério Público adaptado aos novos tempos, pandêmicos ou não, e interagente e solidário em sua essência – bússola que orienta a nossa administração -, o qual possa se constituir num catalisador cada vez mais eficaz, eficiente e efetivo da transformação dos baixos índices socioeconômicos do Maranhão.

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Procurador-Geral de Justiça

Pero de todos estos delitos, el más grave por su significado y por su potencial lesividad es la corrupción. La corrupción non solo supone el favorecimiento de la inmediata actividad delictiva. La corrupción carcome los propios cimientos del ESTADO SOCIAL Y DEMOCRÁTICO DE DERECHO; permite un acceso desigual a los servicios que debe proporcionar el Estado, socava la confianza de los ciudadanos en las instituciones públicas y en los servicios que presta, detrae recursos destinados a la ciudadanía y al mantenimiento de la sociedad y el Estado en favor de unos pocos.

Joaquín Merino Herrera e
Francisco Javier Paíno Rodríguez

SUMÁRIO

1.	Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP	6
1.1	Identificação do curso	6
1.2	Denominação do curso	6
1.3	Titulação	6
1.4	Nível do curso	6
1.5	Modalidade do curso	6
1.6	Carga horária	6
1.7	Área de concentração	7
1.8	Linhas de pesquisa	7
1.9	Habilitação	7
1.10	Regime escolar	7
1.11	Número de vagas previsto	7
1.12	Critérios de seleção e pré-requisitos	7
1.13	Periodicidade	7
1.13.1	Calendário	8
1.14	Local de funcionamento do curso	8
1.15	Coordenação	9
2.	Justificativa	9
3.	Objetivos	10
3.1	Objetivos gerais	10
3.2	Objetivos específicos	11
4.	Estrutura curricular	11
4.1	Disciplinas e carga horária do Núcleo Básico	12
4.2	Disciplinas e carga horária do Núcleo de Especialização	12
4.3	Ementa das disciplinas	13
4.3.1	Núcleo Básico	13
4.3.2	Núcleo de Especialização	13
5.	Corpo docente	16
6.	Metodologia	19
7.	Tecnologia e infraestrutura didática	19
8.	Infraestrutura física	19
9.	Sistema de avaliação	20
10.	Controle de frequência	20
11.	Trabalho de conclusão do curso	20
12.	Bibliografia	20

1. Escola Superior do Ministério Público do Maranhão - ESMP

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, criada pela Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, como órgão auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, insere-se na categoria de Escola de Governo, sendo a escola institucional incumbida da formação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional e cultural dos Procuradores e Promotores de Justiça, servidores e estagiários do MPMA.

Possui a ESMP/MA, dentre as atribuições insculpidas no âmbito de sua missão institucional, o oferecimento do ensino de pós-graduação. A ESMP/MA, que foi recredenciada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução nº 19/2019-CEE, de 07.02.19, para a oferta de cursos presenciais de pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização, possui seu próprio Programa de Pós-Graduação *lato sensu*. Como parte deste, oferece agora à comunidade do Ministério Público Estadual uma nova Especialização, desta feita na seara criminal e criminológica, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, oficializada em convênio, a qual a certificará, sendo a realização inicialmente em caráter virtual, em virtude da inviabilidade de condução de um curso em caráter exclusivamente presencial no presente, em face da crise sanitária ocasionada pela disseminação do novo coronavírus.

1.1 Identificação do curso

O oferecimento do presente curso é fruto da parceria do Ministério Público do Estado do Maranhão, da Escola Superior e da Universidade Federal do Maranhão, firmada em convênio.

1.2 Denominação do curso

A denominação é de Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção (Especialização).

1.3 Titulação

A titulação é de Especialização em Direito.

1.4 Nível do curso

O curso é de pós-graduação *lato sensu*.

1.5 Modalidade do curso

O curso será inicialmente oferecido na modalidade virtual, em razão da pandemia de COVID-19, mas adotará a modalidade presencial como opção preferencial tão logo as condições sanitárias autorizem tal passo.

1.6 Carga horária

A carga horária é de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula.

1.7 Área de concentração

A área de concentração do Curso é em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

1.8 Linhas de pesquisa

As linhas de pesquisa são estas: “Direitos Humanos”, “Estado Democrático de Direito no Brasil”, “Criminologia Moderna”, “Política criminal e Ministério Público” e “Direito Anticorrupção e Ministério Público”. Estas poderão ser modificadas por decisão conjunta da Universidade Federal do Maranhão e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

1.9 Habilitação

A habilitação é de Especialista em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

1.10 Regime escolar

A matrícula será realizada pela Universidade Federal do Maranhão a partir da indicação de Promotores e Procuradores de Justiça e servidores do MPMA, a ser feita pela ESMP/MA, com base em processo seletivo disciplinado por edital.

1.11 Critérios de seleção e pré-requisitos

O principal critério para a seleção será a indicação de Promotores e Procuradores de Justiça e servidores do MPMA, no limite de vagas, fixado pela ordem de inscrições e mediante avaliação de currículo Lattes.

Os pré-requisitos para ingresso no curso são a formação acadêmica em Direito e a qualidade de Promotor ou Procurador de Justiça ou de servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão.

1.12 Número de vagas

Serão ofertadas até 50 (cinquenta) vagas, sendo exigido o mínimo de 50% (cinquenta por cento), mais um, de alunos interessados e aprovados no processo para oferta do curso. A UFMA e a ESMP/MA não se comprometem a ofertar o curso em caso de não preenchimento do percentualmínimo estabelecido.

1.13 Periodicidade

O curso terá duração de 12 (doze) meses, com previsão de início em 02 de setembro e conclusão em agosto de 2022. O período letivo se divide em uma etapa docente de 10 (dez) meses, com aulas preferencialmente presenciais, bem como de outra etapa de 2 (dois) meses para a elaboração de um TCC no formato de artigo científico. A parte docente será realizada, de preferência, em módulos com intervalos de uma semana.

Quando a disciplina for de 15 (quinze) horas, esta será ministrada nas quintas-feiras, das 14h às 18h10, e nas sextas-feiras, das 9h às 13h10 e das 15h às 17h30, além de atividades extraclases.

Quando a disciplina for de 30 (trinta) horas, esta será ministrada nas quintas-feiras e sextas-feiras, das 8h às 13h e das 14h30 às 19h30, além de atividades extraclases.

Quanto à única disciplina de 45 (quarenta e cinco) horas, esta será ministrada na quinta-feira e sexta-feira, das 8h às 13h e das 14h30 às 21h10, além de atividades extraclases.

A coordenação do curso poderá alterar o quadro docente, a sequência das disciplinas ou o horário destas.

1.13.1 Calendário

Este é o calendário de realização dos módulos:

MÓDULOS	PERÍODO
MÓDULO I	02 e 03/09/2021
MÓDULO II	16 e 17/09/2021
MÓDULO III	30/09 e 01/10/2021
MÓDULO III	14 e 15/10/2021
MÓDULO IV	21 e 22/10/2021
MÓDULO V	04 e 05/11/2021
MÓDULO VI	18 e 19/11/2021
MÓDULO VII	02 e 03/12/2021
MÓDULO VIII	27 e 28/01/2022
MÓDULO IX	10 e 11/02/2022
MÓDULO X	17 e 18/02/2022
MÓDULO XI	10 e 11/03/2022
MÓDULO XII	17 e 18/03/2022
MÓDULO XIII	31/03 e 01/04/2022
MÓDULO XIV	07 e 08/04/2022
MÓDULO XV	28 e 29/04/2022
MÓDULO XVI	05 e 06/05/2022
MÓDULO XVII	19 e 20/05/2022
MÓDULO XVIII	02 e 03/06/2022

1.14 Local de funcionamento do curso

O curso, na modalidade presencial, será ministrado na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, situada no 1º andar do Centro Cultural do

Ministério Público do Estado do Maranhão, com endereço na Rua Oswaldo Cruz, nº 1396, Centro, São Luís-MA, CEP 65.020.910.

Os telefones de contato, no âmbito da ESMP/MA, são: (98) 3219-1961 (ou -1969, -1972). Já no âmbito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, são: (98) 3272-8426 (Departamento de Direito); 3272-8432 e 3272-8433 (Prof. José Humberto Gomes Oliveira).

1.15 Coordenação

A coordenação do Curso cabe ao Prof. Mestre José Humberto Gomes Oliveira e à Professora Doutora Lucyléa Gonçalves França, ambos lotados no Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. No âmbito da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, a coordenação é exercida pela Professora Doutora Ana Luiza Almeida Ferro. O Secretário da ESMP/MA para a Pós-Graduação é o servidor Eklenn Marcelo Abreu Smith, cujo contato, na ESMP, é: (98) 3219-1961.

2. Justificativa

A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, ex vi das diretrizes traçadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ostenta um novo perfil finalístico, representado no “oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral”, conforme insculpido na atual redação do art. 37, caput, da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991.

O sensível incremento da criminalidade, o alto potencial lesivo do crime organizado, ainda mais associado ao crime de colarinho branco, a tendência contemporânea de especialização em algumas modalidades do crime e o despreparo ou preparo insuficiente do Estado para o adequado enfrentamento de alguns dos velhos e novos desafios impostos à segurança pública – a exemplo da deficiência na produção da prova pericial, da globalização do crime e da disseminação de práticas de corrupção e de lavagem de dinheiro, com elevado grau de impunidade apesar dos progressos obtidos com iniciativas como a Operação Lava-Jato, hoje infelizmente sofrendo retrocessos legislativos e jurisprudenciais – constituem temas que têm adquirido relevância cada vez maior no debate social e institucional no Brasil e alhures, justificando o aumento e o aprofundamento dos estudos teóricos e da pesquisa nessa matéria, com consequências nas áreas doutrinária, jurisprudencial e legislativa, que propiciam novas formas de agir e uma reflexão acerca do papel do Estado, das Ciências Criminais, particularmente no campo das estratégias anticorrupção, e da Perícia frente às novas realidades e tecnologias do crime, como exigência da sociedade hodierna, confrontada com questões cotidianas de reconhecida gravidade e complexidade. Note-se, ademais, que tais investigações requerem uma abordagem de caráter interdisciplinar, em função da complexidade da natureza de seu objeto multifário, demandando comprometimento institucional, bem como plena disponibilidade de diálogo entre as partes envolvidas nos estudos teóricos e na pesquisa, as quais devem se apresentar em sintonia com as particularidades da conexão entre as exigências da produção acadêmica e as necessidades da sociedade e de suas instituições e agentes, a exemplo do Ministério Público e de seus membros.

Os novos desafios impostos pelo aumento e pela especialização da criminalidade levam à percepção da necessidade de capacitação, atualização, aprimoramento e

especialização contínuos dos membros do parquet e de outros operadores do Direito no tocante ao domínio de conhecimentos inerentes ao exercício da profissão jurídica nas searas penal e processual penal, visando ao incremento qualitativo dos serviços oferecidos à sociedade em geral e ao cidadão em particular, de forma a contribuir para a crescente melhoria do nível de satisfação do destinatário dos serviços, especialmente os de natureza pública.

A anticorrupção constitui uma concepção ou movimento de oposição e combate ao fenômeno da corrupção, ou seja, na sua acepção mais corrente, ao desvio, por parte de agentes públicos, do cumprimento imparcial da função, por ação ou omissão, em detrimento do interesse público e em favor do interesse privado, com o objetivo de obtenção de algum tipo de vantagem, de maneira a prejudicar bens, serviços e ou interesses do Estado. Tal definição toma por parâmetro o fenômeno da corrupção pública, preponderante como objeto de estudo dos doutrinadores, sendo o alvo prioritário do movimento e das legislações anticorrupção pelo mundo. Todavia, também é possível considerar a corrupção entre particulares, em tese, de menor potencial lesivo. Em qualquer caso, justifica-se plenamente a concepção de existência de um Direito Anticorrupção, inclusive de um Direito Internacional Anticorrupção, mediante crescentes ações e normas no âmbito internacional, traduzidas em tratados, voltadas para a prevenção, a detecção, a punição e a eliminação da corrupção, sob a ótica da proteção de direitos humanos. Por outro prisma, este Direito internacional tem alicerçado a implementação de normas anticorrupção internas nos países, a exemplo do Brasil, onde se impõem hodiernamente quatro marcos legislativos na luta anticorrupção: a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa) e a Lei n.º 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas).

Nesse contexto, o presente projeto de Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, na modalidade de Especialização, inserido no Programa de Pós- Graduação *lato sensu* da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, já devidamente credenciada, nos termos da Resolução nº 232/2005-CEE, esta retificada e complementada pela Resolução nº 002/2006-CEE, e da Resolução nº 39/2019-CEE, apresenta um conjunto de disciplinas com ementas que propiciam conhecimentos teóricos e práticos na área, levando à reflexão do papel das Ciências Criminais e das iniciativas anticorrupção na sociedade atual, assim como ao desenvolvimento de habilidades e competências que possam contribuir para o bom desempenho da profissão jurídica na esfera penal.

O curso é voltado para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

3. Objetivos

3.1 Objetivos gerais

São **objetivos gerais** do Curso os seguintes:

- a) atender às diretrizes constitucionais, determinadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, no relativo ao aprimoramento dos membros e servidores dos quadros do Ministério Público, tendo em vista, ainda, a premente necessidade de constante atualização de conhecimentos, em face das reflexões

originadas na prática jurídica e estimuladas pela própria natureza da Ciência do Direito, cuja dinâmica revela o conflito social e gera uma indispensável resposta por parte do sistema de Justiça e de Direito ao cidadão jurisdicionado;

b) oferecer elementos para a sistematização das ações pedagógico-institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão;

c) aprofundar o conhecimento profissional e acadêmico, bem assim possibilitar o desenvolvimento da habilidade de produzir pesquisa em área específica e levar à preparação obrigatória de notas técnicas, manuais operacionais, artigos e outros instrumentos, além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que se revelem adequada revisão bibliográfica, capacidade de sistematização e de exposição, domínio do tema e da metodologia pertinente.

3.2 Objetivos específicos

São **objetivos específicos** do Curso os adiante discriminados:

a) formar profissionais com conhecimento aprofundado, atualizado e crítico em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, que possam contribuir para a formulação de novos modelos e paradigmas de Justiça Penal, bem como para a apresentação de propostas e sugestões de possíveis soluções para os novos desafios e problemas da realidade social;

b) qualificar membros e servidores do Ministério Público para os novos desafios e tendências do Direito Penal e Processual Penal, sob a ótica constitucional, com reflexo no exercício profissional e na ação institucional;

c) qualificar membros e servidores do Ministério Público para os novos desafios e tendências do Direito Penal e Processual Penal, com ênfase na prática das atividades ministeriais, mediante o estudo de casos;

d) desenvolver habilidades e competências voltadas para a produção de pesquisa e de conhecimento em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, mediante estímulo à reflexão e ao debate crítico e à produção acadêmica sobre temas inseridos nessas áreas, em abordagem com ênfase na interdisciplinaridade;

e) capacitar membros e servidores do Ministério Público para a docência superior no domínio das Ciências Criminais;

f) contribuir para a geração de uma visão crítica do exercício profissional e do papel político e social do Estado e de seus agentes na prevenção e combate à corrupção e ao crime em geral, especialmente o organizado e o de colarinho branco, com alicerce em valores éticos;

g) formar profissionais com conhecimento básico sobre noções de Criminalística, Medicina legal e Perícia no campo do combate ao crime organizado e ao crime de colarinho branco, à corrupção e à lavagem de dinheiro e em áreas afins.

4. Estrutura curricular

O Curso apresenta feição modular, estando concentrado em dois Núcleos Programáticos – o Básico e o de Especialização –, cujos conteúdos combinarão aulas expositivas e interativas, com estudo de casos, além de seminários seguidos de debates.

O Núcleo Básico objetiva proporcionar conhecimentos gerais de natureza filosófica, político-social e jurídico-constitucional, com reflexos nas áreas de Direito Penal e Direito Processual Penal, assim como fomentar o desenvolvimento da pesquisa, enquanto o Núcleo de Especialização visa propiciar a aquisição e a atualização de conhecimentos específicos nas áreas de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Perícia.

Os seminários servirão para o debate de assuntos emergentes no domínio das Ciências Criminais, da Perícia e do Direito Anticorrupção.

4.1 Disciplinas e carga horária do Núcleo Básico

Esta é a relação das disciplinas do Núcleo Básico:

DISCIPLINAS DO NÚCLEO BÁSICO	CARGA HORÁRIA
Tópicos em hermenêutica constitucional penal e do processo penal	15 h
Metodologia da pesquisa e didática do ensino superior	30 h
Total parcial: 02	45

4.2 Disciplinas e carga horária do Núcleo de Especialização

Esta é a relação das disciplinas do Núcleo de Especialização:

DISCIPLINAS DO NÚCLEO BÁSICO	CARGA HORÁRIA
Direitos humanos	15 h
Direito Anticorrupção	45 h
Lavagem de capitais e repatriação de ativos	30 h
Técnicas de investigação, Inquérito policial e Procedimento Investigatório Criminal (PIC)	15 h
Diagnóstico criminal	15 h
Crime organizado e organizações criminosas mundiais	15 h
Pacote Anticrime e Segurança Pública	15 h
Inteligência investigativa	15 h

Crimes cibernéticos e perícia forense digital	15 h
Lei de Execução Penal e sistema penitenciário	15 h
Controle externo da atividade policial	15 h
Tutela cautelar no processo penal	15 h
Justiça penal negociada	30 h
Criminalística e Medicina legal	30 h
Perícia psiquiátrica e Genética forense	15 h
Criminologia	15 h
Total parcial: 16	315 h
Total geral: 18	360 h

4.3 Ementa das disciplinas

4.3.1 Núcleo Básico

Tópicos em Hermenêutica Constitucional Penal e do Processo Penal –

Direitos fundamentais e sua relação com o Direito penal e processual penal. Garantismo penal. A defesa dos direitos e garantias fundamentais do cidadão em face da promoção do interesse de segurança pública e de controle do crime. Concurso de pessoas: as teorias da cegueira deliberada e do domínio do fato. A problemática constitucional do bem jurídico. Crimes hediondos e equiparados. Garantias penais constitucionais. Subsidiariedade do Direito Penal. Legalidade, irretroatividade, lei benéfica. Garantias processuais penais. Imputado e direito de defesa. Presunção de inocência e privilégio contra a autoincriminação: alcance e limites.

Contraditório. Igualdade e paridade de armas. Direito constitucional à prova e vedação das provas obtidas por meios ilícitos. Regrimentos constitucionais da prisão e da liberdade. Direitos do preso. Constitucionalidade de normas penais e processuais penais em processos judiciais e procedimentos investigatórios criminais. Jurisprudência.

Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior –

Conceitos básicos de Metodologia da Pesquisa: objeto e problema da pesquisa, métodos de abordagem, fundamentação teórica, hipóteses, métodos, tipos, técnicas e procedimentos de pesquisa. Estrutura e elaboração do projeto de pesquisa. Conceitos básicos de Metodologia do Ensino. Didática do Ensino Superior. As diferentes correntes da Educação no ensino superior. Processos educativos e técnicas de abordagem inclusiva e interdisciplinar em espaços de trabalho. Elaboração de planos de ensino e de aula.

4.3.2 Núcleo de Especialização

Direitos Humanos –

O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal. Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade. Os direitos humanos como princípios e normas no plano nacional e internacional. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. Hierarquia e força vinculante. Convencionalidade. Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas. A titularidade dos direitos humanos: limites e crítica ao Direito processual. Os fundamentos dos direitos da personalidade. O fundamento do direito de liberdade. O

fundamento da igualdade. O fundamento dos direitos sociais e econômicos. Proteção ao direito da vítima. Direitos humanos e Estado Democrático de Direito. Direitos humanos e Direito penal. Violência de gênero. Femicídio. Direitos humanos e Direito processual penal.

Direito Anticorrupção – Noções sobre corrupção e anticorrupção. Antecedentes. Grupos conceituais sobre a corrupção. Classificações sobre a corrupção. Corrupção e crime organizado. Corrupção e eleições. Direito internacional anticorrupção. A Convenção Interamericana contra a Corrupção. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A legislação brasileira. Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa). Lei n.º 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas). Questões polêmicas. Retrocessos legislativos. Estudo de casos.

Lavagem de Capitais e Repatriação de Ativos – Conceitos e utilização de dados financeiros para a elucidação de crimes de lavagem de dinheiro. Análise e identificação de movimentações financeiras suspeitas. Sistemas, métodos, identificação de risco, padrões, rotinas. Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos. Funcionamento do sistema, objetivos, órgãos, estratégias, conceitos básicos, diretrizes governamentais, articulação dos órgãos, princípios, resultados. Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais). Questões controvertidas. Jurisprudência. Introdução à Cooperação Jurídica Internacional. Noções básicas, conceito, soberania, jurisdição, competência, instrumentos legais, princípios, tramitação. 20h. Estudo de casos.

Técnicas de investigação, Inquérito Policial e Procedimento Investigatório Criminal (PIC) – Investigação criminal. Inquérito Policial e Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Jurisdição e competência. Ação controlada, entrega vigiada, monitoramento de comunicações, colaboração premiada, infiltração de agente e operacionalização policial. Produção de provas. Prova emprestada. Ação penal. Processo penal. Questões polêmicas. Jurisprudência. Estudo de casos.

Diagnóstico Criminal – Conceitos fundamentais. Pesquisa e análise sistemática de dados, produção eficiente de informações e mapeamento criminal. Tabelas estatísticas: representação gráfica. Propriedades do somatório: arredondamento de números, distribuição de frequência. Medidas de tendência central: média, moda e mediana. Medidas separatrizes: quartil, decil e percentil. Medidas de dispersão ou variabilidade: variância, desvio padrão e coeficiente de variação. Construção da base teórica e levantamento de pesquisas. Coleta de dados qualitativos. Construção de instrumentos de coleta. Técnicas de análise qualitativa aplicadas à Segurança Pública. Introdução à análise de conteúdo segundo Bardin.. Revisão da literatura e pesquisa na área da Segurança Pública. Amostragem. Estratificação. Folhas de verificação. Diagrama de Pareto. Diagrama de Ishikawa. Gráficos de correlação. Programa Alguns testes estatísticos. Aplicação de software. A geografia da violência. O conhecimento espacial/territorial como variável de tomada de decisões na Segurança Pública. Ferramentas de geoinformação na análise da criminalidade. Representações de variáveis críticas com aplicações aos problemas de criminalidade.

Crime Organizado e Organizações Criminosas – O crime organizado como ameaça ao direito humano à segurança. A Segurança Pública. As origens do crime organizado no mundo e no Brasil. As características do crime organizado. Globalização e criminalidade.

Crime organizado, crime de colarinho branco e terrorismo. A teoria da associação diferencial de Edwin Sutherland e as peculiaridades do crime de colarinho branco. Fundamentos de Direito Internacional. A cooperação internacional na luta contra o crime organizado e a corrupção. A Convenção de Palermo e outras normas internacionais e as legislações penais europeia e brasileira. As principais organizações criminosas. Crime organizado no Brasil e no Maranhão.

Pacote Anticrime e Segurança Pública – Alterações promovidas na legislação penal e processual penal pela Lei nº 13.964/2019 e suas implicações na Segurança Pública e na atuação do Ministério Público.

Inteligência Investigativa – Noções de inteligência, ciclo de inteligência, contrainteligência e operação de inteligência. Terminologia e conceitos básicos. Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE). Inteligência de Estado, inteligência militar, inteligência policial, inteligência ministerial, inteligência institucional, inteligência penitenciária, inteligência de Segurança Pública, inteligência fiscal e inteligência financeira. Ética e inteligência. Doutrina de inteligência. Princípios básicos de inteligência. Inteligência estratégica e inteligência tática. Tipos de conhecimento de inteligência. Processo de produção de conhecimentos de inteligência. Identificação de necessidades informacionais, planejamento e obtenção dos dados. Organização e avaliação dos dados. Técnica de avaliação de dados – avaliação da fonte e do conteúdo e determinação do grau de credibilidade. Análise e síntese.

Crimes Cibernéticos e Perícia Forense Digital – Crimes cibernéticos: conceito, classificação. Prevenção e repressão. Tipificação de condutas. Autoria. Materialidade. Locus delicti. Características e mitos dos crimes cibernéticos. Redes sociais e crimes cibernéticos. Perícia Forense Digital. Investigação em criptomoedas. Jurisprudência. Estudo de casos.

Lei de Execução Penal e Sistema Penitenciário – **Sistemas penitenciários.** As funções atribuídas às penas: retribuição, intimidação, reafirmação do valor da norma, ressocialização e neutralização. A Lei de Execução Penal. Direitos e deveres do apenado. Execução das penas em espécie. Regime de penas. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). A presença de facções criminosas nos presídios. Prisão domiciliar. Incidentes da execução. Progressão e regressão. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Medidas de segurança. Anistia e indulto. Questões polêmicas. Jurisprudência.

Controle externo da atividade policial – Contexto político do controle externo da atividade policial. Criminologia do desvio policial. O controle externo da atividade policial no paradigma do Estado Democrático de Direito (direitos fundamentais, legalidade e accountability). O controle de direção mediata da investigação criminal pelo Ministério Público. O controle de fiscalização processual da legalidade da investigação policial pelo Ministério Público.

Tutela Cautelar no Processo Penal – Teoria geral. Caracteres das providências cautelares. Pressupostos das medidas cautelares. As medidas cautelares do

processo penal brasileiro: formas e princípios. Prisão cautelar. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Prisão em virtude de pronúncia. Prisão em virtude de sentença condenatória recorrível.

Liberdade provisória. Aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Cautelas patrimoniais. O erro judiciário no processo penal cautelar. Questões polêmicas. O processo penal cautelar na jurisprudência. Estudo de casos.

Justiça Penal Negociada – Origens da Justiça Penal negociada. Direito comparado: características dos sistemas, limites da negociação, procedimento, vantagens e desvantagens. A Justiça Penal negociada no Brasil desde a Constituição Federal de 1988. Desenvolvimento histórico. Aspectos fundamentais da Justiça Penal negociada no Brasil. Princípios da Justiça Penal negociada. A negociação penal nas infrações de menor potencial ofensivo, nos crimes comuns e no caso do crime organizado. Acordo de não persecução penal (ANPP). Acordo de colaboração premiada. Acordo de leniência. Criminal compliance. Estudo de casos.

Criminalística e Medicina Legal – Diferenças básicas entre a Criminalística, a Criminologia e a Medicina legal. Noções de Criminalística. Áreas de atuação da Criminalística. Noções de Medicina Legal. Peritos e perícia. Corpo de delito. Quesitação e interpretação de laudos periciais. Balística forense: armas de fogo, identificação de armas de fogo, cartuchos de munição das armas de fogo, exames químicos para arma de fogo, incidente de tiro, exames físico-químicos relacionados de tiro, exames comparativos dos elementos de munição, exames químicos em armas de fogo e na munição. Tanatologia, Traumatologia forense e Asfixiologia. Exames em local de crime. Exames em locais de morte violenta. Exames em locais de acidente de trânsito. Exames laboratoriais. Exames em locais de crime contra o patrimônio. Exames de engenharia forense. Datiloscopia forense. Métodos químicos na revelação de impressões papilares. Incêndio, físico-química do fogo, ciclos típicos de um incêndio, fontes de ignição, química de explosivos e explosões, investigação de explosivos, análise de cena de incêndio. Documentos cópia e grafotecnia forense. Identificação veicular: adulterações mais comuns e suas características. Estudo de casos.

Perícia Psiquiátrica e Genética Forense – Psicopatologia forense. Perícia psiquiátrica. Genética forense. Estudo de casos.

Criminologia – Criminologia, Política criminal e Direito penal. A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar. Conceito, método, objeto, sistema e funções da Criminologia. As Escolas e as diversas teorias da criminalidade. A moderna Criminologia “científica” e os vários modelos teóricos. Biologia inal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal. Criminologia crítica e Criminologia radical. Criminologia cultural. O crime organizado e o crime de colarinho branco à luz da Criminologia. Polícia e Segurança Pública. Mídia, insegurança e criminalidade. Vitimologia.

5. Corpo docente

O corpo docente é composto de doutores, mestres e especialistas da UFMA e do corpo docente da ESMP, bem como de integrantes de outras instituições de ensino superior e ou vinculados ao sistema de justiça do Brasil.

CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA

Alan Robert da Silva Ribeiro – Mestre
Ana Luiza Almeida Ferro - Doutora
Ana Teresa Silva de Freitas – Doutora
Antonio Cêelho Soares Júnior - Doutor
Carlos Henrique Rodrigues Vieira – Doutor
Cássius Guimarães Chai – Doutor
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães - Doutor
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro – Mestre
Cláudio Rebelo Correa Alencar – Especialista
Domingos Eduardo da Silva - Mestre
Eliandro Rômulo Cruz Araújo – Especialista
Emmanuel José Perez Netto Guterrez – Especialista
Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho - Mestre
Gladston Fernandes de Araújo – Mestre
Herberth Costa Figueiredo – Doutor
Jadilson Cirqueira de Sousa - Especialista
José Márcio Maia Alves – Mestre
Karla Adriana Holanda Farias Vieira – Doutora
Lena Cláudia Ripardo Pauxis – Mestra
Lígia Maria da Silva Cavalcanti - Mestra
Luiz Muniz Rocha Filho – Mestre
Márcia Haydée Porto de Carvalho - Doutora
Márcio Thadeu Silva Marques – Especialista
Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues – Especialista
Marcos Valentim Pinheiro Paixão – Mestre
Maria de Fátima de Santana Borges – Mestra
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro - Especialista
Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann – Doutora
Nacor Paulo Pereira dos Santos – Mestre
Paulo Roberto Barbosa Ramos – Doutor
Raimundo Nonato Leite Filho – Mestre
Rodolfo Soares dos Reis - Mestre
Ronald Pereira dos Santos – Doutor
Sandro Pofahl Biscaro – Mestre
Tarcísio José Sousa Bonfim – Especialista
Tatiana Alves de Paula – Mestra
Themis Maria Pacheco de Carvalho - Doutora

PROFESSORES VISITANTES

Benjamin Alvino de Mesquita - Doutor
Francisco Dirceu Barros – Mestre
Gianpaolo Poggio Smanio – Doutor
João Santa Terra Júnior - Mestre
José de Ribamar Caldas Furtado – Mestre
Júlia Whendausen Cavallazzi - Especialista
Karin Maria Söhnlein – Mestra
Leonardo Rodrigues Sampaio – Mestre
Marcelo Pedroso Goulart – Mestre
Márcio Soares Berclaz - Doutor
María Esther Martínez Quintero – Doutora
May Guimarães Ferreira – Doutora
Raimundo Nonato Palhano - Mestre
Roberto Carvalho Veloso – Doutor
Roberto Mauro Gurgel Rocha – Doutor
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa – Doutora

CORPO DOCENTE DO CURSO

Alexey Choi Caruncho – Doutor
Ana Luiza Almeida Ferro – Doutora
Antonio Henrique Graciano Suxberger – Doutor
Carlos Henrique Rodrigues Vieira – Doutor
Douglas Fischer – Mestre
João Santa Terra Júnior - Mestre
Jorge Trindade – Doutor
José Cláudio Almada Lima Cabral Marques – Mestre
Lélio Braga Calhau – Doutor
Lucyléa Gonçalves França - Doutora
Marcelo Batlouni Mendroni – Doutor
María Esther Martínez Quintero – Doutora
Paulo Sergio Velten Pereira – Doutor
Reynaldo Soares Da Fonseca – Doutor
Roberson Pozzobon – Doutor
Roberto Carvalho Veloso – Doutor
Rogério Greco – Doutor
Silvana Batini Cesar Góes – Mestra
Vladimir Barros Aras – Doutor

6. Metodologia

As disciplinas serão ministradas em ordem lógica, visando propiciar aos participantes um desenvolvimento conceitual progressivo e sólido. Todas as disciplinas serão preferencialmente presenciais e eventualmente virtuais. Poderão ser utilizadas estas metodologias: aulas expositivas, resolução de casos, trabalhos em equipe, apresentação de seminários, jogos de empresa e visitas técnicas, dentre outras.

7. Tecnologia e infraestrutura didática

O curso será realizado nas salas de aula da Escola do Ministério Público do Maranhão. As salas de aula são equipadas com projetor multimídia e computador para uso do docente, também com acesso à rede *wireless* com tomadas para os discentes.

Os alunos de pós-graduação podem acessar remotamente o Portal de Periódicos da CAPES para isso o discente deve se cadastrar no Núcleo Integrado de Biblioteca (NIB) e não ter pendências como usuários do NIB. O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 12.531 revistas nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes.

8. Infraestrutura física

A UFMA conta com uma biblioteca Central com uma área de 2.692 m² que presta serviços não só a comunidade acadêmica como também à comunidade em geral. Este é seu acervo geral: títulos: 87.590; exemplares: 242.198.

A estrutura para o público da Biblioteca Central é composta de 06 computadores para consulta ao acervo e três computadores para acesso a Internet e reserva. A biblioteca dispõe de 06 (seis) salas de leitura, 10 (dez) cabines de estudo individual e 5 (cinco) terminais para os serviços de empréstimos, devolução e renovação.

A Biblioteca Central disponibiliza o serviço de rede sem fio nas dependências físicas da biblioteca e acesso ao Portal de Periódicos- CAPES.

A Escola Superior do Ministério Público também dispõe de uma biblioteca própria, com serviço de *internet*, ostentando 1268 (mil, duzentos e sessenta e oito) livros, 31 (trinta e um) títulos de periódicos e 506 (quinhentos e seis) exemplares, 64 (sessenta e quatro) monografias, 7 (sete) dissertações, 3 (três) teses, 203 (duzentos e três) DVD's sobre temas jurídicos relativos a cursos ministrados na ESMP, entre outros. No Programa de Pós-Graduação *lato sensu*, são igualmente elaboradas apostilas digitais, com as cautelas legais, contendo os textos indicados pelo professor de cada disciplina. Ademais, a Procuradoria Geral de Justiça também possui biblioteca própria, de maior porte, com 3.460 (três mil, quatrocentos e sessenta) livros jurídicos, literários e técnicos, 106 (cento e seis) títulos de periódicos, 16 (dezesesseis) monografias, 9 (nove) dissertações e 1 (uma) tese.

9. Sistemas de avaliação

O processo de avaliação será contínuo e sistemático podendo ser realizado através de prova escrita e/ou oral, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, estudos de caso e elaboração de artigos científicos.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete).

10. Controle de frequência

A frequência mínima obrigatória é de 75% da carga horária prevista para a disciplina. O controle de frequência será executado por meio de assinatura em folha de presença diária.

11. Trabalho de conclusão de curso

O aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de um artigo científico (paper com estudo de caso), levando em consideração os seguintes pontos:

- a) O trabalho deve ser entregue no prazo máximo de dois meses após a conclusão da última disciplina.
- b) Deverá ser feito individualmente.
- c) Deve ser feita a escolha de um professor orientador.
- d) Deve participar de reuniões periódicas com professor orientador.
- e) Os alunos devem seguir o Manual de procedimentos para elaboração de TCC.
- f) Para ser considerado aprovado o TCC ou artigo científico deverá receber nota igual ou superior a 7 (sete).

O trabalho deverá ser apresentado para uma banca.

A avaliação do Trabalho Final será mediante apresentação de texto escrito. A avaliação será feita por Comissão Examinadora composta por 3 (três) professores, indicados pelo Coordenador do curso e aprovados pela instância colegiada responsável pela execução do curso.

O coordenador do curso designará os docentes orientadores do TCC a partir do início do curso e disponibilizará a lista aos alunos. Estes devem escolher os orientadores até o 6º mês após o início do curso.

12. Bibliografia

ABADINSKY, Howard. *Organized crime*. 7th ed. Belmont, California: Wadsworth, 2003. 408 p.

AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção como paradigma de governo. In: AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 9-49.

ALMEIDA, Gevan de Carvalho. *Modernos movimentos de Política Criminal e seus reflexos na legislação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da reação social*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- ARAÚJO, Gladston Fernandes de. *Tribunal do Júri: uma análise processual à luz da Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.
- ARAÚJO JUNIOR, João Marcello. Os grandes movimentos da política criminal de nosso tempo – aspectos. In: ARAÚJO JUNIOR, João Marcello (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 65-79.
- ÁVILA, Thiago André Pierobom. *Fundamentos do controle externo da atividade policial*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.
- BANDINI, Tullio; LAGAZZI, Marco; MARUGO, Maria Ida (Org.). *La criminalità organizzata: moderne metodologie di ricerca e nuove ipotesi esplicative*. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1993. (Medicina Legale, Criminologia e Deontologia Medica).
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1999. 254 p. (Coleção Pensamento Criminológico).
- BARRETO, Alesandro Gonçalves; SANTOS, Hericson dos. *Deep web: investigação no submundo da internet*. Rio de Janeiro: Brasport, 2019.
- BARRETO, Alesandro Gonçalves; BRASIL, Beatriz Silveira. *Investigação cibernética à luz do marco civil da internet*. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.
- BARROS, Romeu Pires de Campos. *Processo penal cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- BATISTA, Nilo. *Novas tendências do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONFIM, Edilson Mougenot. *No Tribunal do Júri*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRAZ, Graziela Palhares Torreão. *Crime organizado x direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. 190 p.
- CACIAGLI, Mario. *Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996. 141 p. (Cuadernos y debates, 60).
- CARVALHO, Amilton Bueno de et al. *Garantismo aplicado à execução penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CARVALHO, Salo de (Coord.). *Crítica à execução penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CATTONI, Marcelo (Coord.). *Jurisdição e hermenêutica constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COMPARATO, Fábio Konder. Introdução: sentido e evolução dos direitos humanos. In: COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 1-66.

- CORRÊA, Antônio. *Dos crimes contra a ordem tributária: comentários à Lei 8.137, de 27.12.1990*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- COSTA, Claudia Pinheiro da. *Sanção penal, sua gênese e tendências modernas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- COSTA FILHO, Paulo Enio Garcia da. *Medicina legal e criminalística*. 2. ed. Alumnus, 2015.
- COSTA NETO, Nicolao Dino C. *Crimes e infrações administrativas ambientais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- CUNHA, Maria da Conceição Pereira da. *Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização*. Porto: Editora Universidade Católica Portuguesa, 1995.
- CUNHA, Rogério Sanches. *Pacote Anticrime: lei 13.964/2019*. Salvador: Juspodivm, 2020.
- CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- DELMAS-MARTY, Mireille. *A imprecisão do Direito: do Código Penal aos direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2005.
- DELMAS-MARTY, Mireille. *Os grandes sistemas de política criminal*. São Paulo: Manole, 2004.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.
- FELDENS, Luciano. *Tutela penal de interesses difusos e crimes do colarinho branco*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e ragione: teoria del garantismo penale*. 6^a ed. Roma: Laterza, 2000. 1062 p.
- FERRO, Ana Luiza Almeida. *Crime organizado e organizações criminosas mundiais*. Curitiba: Juruá, 2009.
- FERRO, Ana Luiza Almeida. *Robert Merton e o funcionalismo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 104 p. (Coleção Ciências Criminais, 11).
- FERRO, Ana Luiza Almeida; PEREIRA, Flávio Cardoso; GAZZOLA, Gustavo dos Reis. *Criminalidade organizada: comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013*. Curitiba: Juruá, 2014.
- FRANCO, Alberto Silva et al. *Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.
- GALVÃO, Fernando. *Política criminal*. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. 168 p. (Coleção Ciências Criminais, 3).

GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GEMAQUE, Sílvio César Arouck. *Dignidade da pessoa humana e prisão cautelar*. RCS Jurídico, 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas; SANTOS, William Douglas Resinente dos. *Crime organizado e suas conexões com o Poder Público: comentários à Lei nº 9.034/95: considerações críticas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

GOMES, Hélio. *Medicina Legal*. 33. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Nova Lei de Drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. *O direito penal na era da globalização: hipertrofia irracional (caos normativo), instrumentalização distorcionante...* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 176 p. (Coleção As Ciências Criminais no século XXI, 10).

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GRINOVER, Ada Pellegrini. *As nulidades no processo penal*. 9. ed. São Paulo: RT, 2006.

GRANADO, Marcello (Coord.). *Nova lei antidrogas: teoria, crítica e comentários à lei nº 11.343/06*. Niterói: Impetus, 2006.

GRECO, Rogério; SANTOS, William Douglas Resinente dos. *Medicina Legal*. Niterói: Impetus, 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9099*. 5. ed. São Paulo: RT, 2005.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. *Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá. *Nova lei antidrogas comentada: crimes e regime processual penal*. Curitiba: Juruá, 2006. 304 p.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HARTZ, Wilhelm. *Interpretação da lei tributária: conteúdo e limites do aspecto econômico*. Tradução de Brandão Machado. São Paulo: Resenha Tributária, 1993.

HASSEMER, Winfried. Límites del Estado de Derecho para el combate contra la criminalidad organizada: tesis y razones. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 25-30, jul./set. 1998.

HASSEMER, Winfried. Segurança pública no Estado de direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 55-69, jan./mar. 1994.

- HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005. Série Pesquisa, v. 11.
- KENNEY, Dennis J.; FINCKENAUER, James O. *Organized crime in America*. Belmont, California: Wadsworth, 1994. 398 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LEITE FILHO, José Raimundo. *Corrupção internacional, criminal compliance e investigações internas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- LEVORATO, Danielle Mastelari. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. São Paulo: RT, 2006.
- LIMA, Marcellus Polastri. *A tutela cautelar: no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Teoria constitucional do direito penal*. São Paulo: RT, 2000.
- LYMAN, Michael D. *Organized crime*. 7th ed. New York: Pearson, 2018.
- MACHADO, Antonio Alberto. *Prisão cautelar e liberdades fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- MARANHÃO, Odon Ramos. *Curso básico de Medicina Legal*. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
- MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.
- MAROCO, João; BISPO, Regina. *Estatística aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Climepsi, 2003. (Coleção Manuais Universitários).
- MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. 5. ed. *Teoria e prática do Júri*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva et al. *Crimes contra a ordem tributária*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais/Centro de Extensão Universitária, 1998.
- MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime de lavagem de dinheiro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Curso de investigação criminal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: FONTES PARA SUA HISTÓRIA. Marcos legais. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2003. v. 1.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: FONTES PARA SUA HISTÓRIA. Correspondência ativa dos promotores públicos do Império. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2004-2020. v. 2.
- MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção Temas Jurídicos).
- MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. *O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Plano, 2002. Série Pesquisa em Educação, v. 2.

- NUCCI, Guilherme de Souza. *Pacote Anticrime comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- OLIVEIRA, Edmundo. *Política criminal e alternativas à prisão*. Rio de Janeiro: Forense.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Processo e hermenêutica na tutela penal dos direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- PORTO, Hermínio Alberto Marques. *Júri: procedimentos e aspectos do julgamento: questionários*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- PRADO, Luiz Regis. *Direito penal do ambiente: meio ambiente, patrimônio cultural, ordenação do território e biossegurança (com a análise da Lei 11.105/2005)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: visão lingüística, histórica, social e dogmática*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- SEGUIN, Elida. *Lei dos Crimes Ambientais*. Rio de Janeiro: Adcoas/Esplanada.
- SILVA, Ivan da. *Crimes ambientais e Juizados Especiais*. Curitiba: Juruá, 2005.
- SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal supra-individual: interesses difusos*. São Paulo: RT, 2003.
- SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, direito penal e Lei Anticorrupção*. São Paulo: Saraiva Jur, 2015.
- SOUZA, Marcelo Agamenon Goes de. *Cautelaridade da prisão preventiva*. Temas & Idéias, 2004.
- STRECK, Lenio Luiz. *Tribunal do Júri: símbolos & rituais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SUTHERLAND, Edwin H. *White collar crime: the uncut version*. New Haven/London: Yale University Press, 1983. 291 p.
- SUTHERLAND, Edwin H.; CRESSEY, Donald R.; LUCKENBILL, David F. *Principles of criminology*. 11th ed. New York: General Hall, 1992. 696 p. (The Reynolds Series in Sociology).
- TEOTÔNIO, Luis Augusto Freire. *Culpabilidade: concepções e modernas tendências internacionais e nacionais*. Sorocaba: Minelli, 2002.
- TOURINHO FILHO, Fernando Costa. *Comentários à Lei dos Juizados Especiais Criminais*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 4.
- TUBENCHLAK, James. *Tribunal do Júri: contradições e soluções*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- WEDY, Miguel Tedesco. *Teoria geral da prisão cautelar e estigmatização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- WEISBURD, David; BRITT, Chester; WILSON, David; WOODDITCH, Alese. *Basic Statistics in Criminology and Criminal Justice*. 5th ed. Springer, 2020.